Prefeito de São Bernardo enfrenta ação do MP-SP

Promotoria atribui repasses milionários ligados a contratos municipais

ZECA RIBEIRO / CÂMARA DOS DEPUTADOS



Marcelo Lima foi deputado federal mas perdeu o mandato por infidelidade partidária

Da **Redação**

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) ajuizou uma ação de improbidade administrativa contra o prefeito de São Bernardo do Campo, Marcelo Lima (Podemos), e outras nove pessoas no Grande ABC. Os promotores atribuem ao prefeito o recebimento de R$ 15.971.340 e US$ 156.964 em vantagens indevidas ligadas a contratos públicos. Lima já negou participação nas irregularidades investigadas pela Operação Estafeta. Até a publicação das reportagens sobre a nova ação, ele não havia respondido aos questionamentos específicos sobre o processo.

A ação foi apresentada em 27 de outubro e tem como alvos também o presidente da Câmara Municipal, Danilo Lima (Podemos), e Paulo Iran Paulino Costa, ex-servidor da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Os promotores atribuem a Costa a tarefa de recolher, guardar e distribuir os valores. A defesa do ex-servidor informou que aguardava acesso aos autos para se manifestar. Entre os demais citados estão agentes públicos e empresários.

A Promotoria sustenta que parte dos pagamentos feitos pelo município a prestadores de serviços retornava ao núcleo na forma de propina. A apuração abrange contratos de áreas como saúde, coleta de lixo e terraplanagem. Na versão do MP, Marcelo Lima cobrava repasses em atraso e decidia como o dinheiro seria usado. Os promotores alegam que os recursos custearam despesas pessoais e familiares do prefeito, entre elas faturas de cartão e mensalidades da faculdade da filha.

Para embasar a ação, o MP aponta mensagens, arquivos e anotações sobre entradas e saídas de dinheiro recolhidos pela Polícia Federal. Os promotores afirmam que parte dos registros de controle financeiro foi produzida na sede da administração municipal. A acusação interpreta os apelidos e as referências indiretas nas conversas como uma tentativa de esconder a identidade dos envolvidos e a origem dos pagamentos.

A investigação teve origem em uma diligência da Polícia Federal em 7 de julho de 2025, em um condomínio de São Bernardo do Campo. Agentes que cumpriam uma ordem de prisão relacionada a outra pessoa abordaram Costa e localizaram cerca de R$ 12,8 milhões e US$ 156,9 mil em espécie. Essa apreensão foi um dos elementos usados para rastrear os repasses investigados. O valor em reais atribuído ao prefeito na ação é superior ao encontrado naquela diligência.

O Ministério Público pede a devolução dos valores que considera indevidos e o ressarcimento dos prejuízos ao município. Entre as sanções solicitadas estão multa civil, perda da função pública para quem ainda ocupa cargo e proibição de contratar com o poder público. A Promotoria também propôs dividir o processo em grupos de dois demandados para reduzir o risco de atrasos na tramitação.

A ação de improbidade é de natureza cível e tramita separadamente do caso criminal ligado à Operação Estafeta, que apura suspeitas de organização criminosa e lavagem de dinheiro. O prefeito chegou a ser afastado do cargo em agosto de 2025 e voltou ao comando da cidade após uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em outubro daquele ano.

A tramitação do caso criminal passou a ser discutida nos tribunais superiores. Em outubro de 2026, o STJ manteve o envio dos autos ao Supremo Tribunal Federal para que a Corte avalie sua competência. A discussão envolve o período dos fatos investigados, que pode abranger o mandato de Lima como deputado federal em 2023. O questionamento sobre qual tribunal deve conduzir o caso foi apresentado pela defesa de um empresário investigado na operação.

Nunes pede apuração de vazamento no Smart Sampa

Da **Redação**

A Polícia Civil de São Paulo abriu inquérito para apurar se um guarda municipal divulgou dados de acesso ao Smart Sampa, sistema de videomonitoramento da Prefeitura. A exposição de informações em dois episódios pode ter permitido a visualização indevida de imagens de cerca de 75 mil câmeras públicas e privadas. O agente foi afastado preventivamente das funções.

SUPEITAS DA POLÍCIA

Os investigadores suspeitam que o servidor tenha divulgado logins e senhas. Um disco rígido usado no computador do guarda foi apreendido e encaminhado ao Instituto de Criminalística para perícia por parte das autoridades competentes. A investigação, conduzida pela Divisão de Investigações sobre Crimes contra a Administração pública, apura possíveis crimes de violação de sigilo funcional, além do crime de divulgação de informações sigilosas.

SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Polícia Civil solicitou documentos sobre a contratação do sistema. Até o momento, a Prefeitura não é alvo do inquérito. A eventual responsabilidade da administração municipal poderá ser apurada se surgirem indícios de irregularidades. O Ministério Público de São Paulo também investiga o caso, e a Corregedoria da Guarda conduz uma apuração interna sobre o servidor.

REPRODUÇÃO/PREFEITURA DE SÃO PAULO



Principal Central de monitoramento do Smart Sampa na cidade

A Secretaria Municipal de Segurança Urbana informou que pediu a abertura do inquérito para apurar tanto a conduta atribuída ao guarda quanto o compartilhamento de links de câmeras privadas integradas à rede.

Segundo a gestão municipal, o agente tinha autorização para usar a plataforma, e a conta associada ao primeiro episódio permitia visualizar câmeras, sem acesso administrativo irrestrito.

O primeiro episódio, revelado em outubro, envolveu dados de acesso a mais de 58 mil câmeras. No início de novembro, veio a público um segundo caso, com links de transmissão de cerca de 17 mil equipamentos privados. A Prefeitura afirmou que a planilha desse segundo episódio foi produzida para uma análise interna de segurança e negou que o arquivo estivesse disponível publicamente na internet.

NOTIFICAÇÃO À PREFEITURA

A Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD notificou o município para pedir esclarecimentos sobre o segundo episódio. A administração municipal informou que não havia identificado sinais de ataque à plataforma de São Paulo.